

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PARECER N.º                      /2019.**

**EMENDA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 33/2019.**

**OBJETO: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 9º DO PROJETO N.º 33, DE 2019.**

**AUTOR: PROFESSOR DIEGO.**

**RELATOR: VEREADOR SILAS PROFESSOR.**

### **1. Relatório:**

Trata-se da Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 33, de 2019, subscrita pelos nobres Vereadores Professor Diego, Valdir Porto e Silas Professor que “dá nova redação ao artigo 9º do Projeto de Lei n.º 33, de 2019”.

Pareceres favoráveis ao Projeto n.º 33, de 2019, às fls. 24/28 e fls. 32/39.

Recebida a presente matéria por esta Comissão a fim de ser emitido parecer, designou-se Relator o Vereador Silas Professor, por força do r. despacho da Presidente desta Comissão.

### **2. Fundamentação:**

A Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 2, de 2019, foi distribuída à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no artigo 102, inciso I, alíneas ‘a’ e ‘g’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria, conforme a seguir:

*Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:*

*I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:*

*a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, **emendas**, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*  
*(...)*

*g) admissibilidade de proposições; (Grifos nossos)*

Quanto à Emenda tem-se os seguintes dispositivos do Regimento Interno desta Casa:

*Art. 235. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo.*

*§ 1º Supressiva é a emenda destinada a excluir dispositivo.*

*§ 2º Substitutiva é a **emenda apresentada como sucedânea de dispositivo.***

*§ 3º Aditiva é a emenda que visa acrescentar dispositivo. (Grifos nossos)*

*Art. 238. A emenda será admitida:*

*I - se pertinente à matéria contida na proposição principal; e*

*II - se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterarem outros dispositivos.*

Quanto à iniciativa tem-se os seguintes dispositivos do Regimento Interno desta Casa:

*Art. 236. A emenda, quando à sua iniciativa é:*

***I - de Vereador;***

*II - de Comissão, quando incorporada a parecer;*

*III - de cidadãos, nos termos deste Regimento. (Grifos nossos)*

Quanto à relatoria tem-se os seguintes dispositivos do Regimento Interno desta Casa:

*Art.121. O Presidente pode funcionar como relator e tem voto nas deliberações.*

*(...)*

*§ 2º **O autor da proposição não pode ser designado seu Relator**, emitir voto nem presidir a Comissão, quando da discussão e votação da matéria, sendo substituído pelo suplente. (**Revogado pela Resolução n.º 539, de 17/3/2005**) (Grifos nossos)*

Mesmo que este dispositivo não estivesse revogado, o dispositivo seguinte define quem é o Autor, o qual não poderia ser o Relator da matéria:

*Art. 171-B. Quando a proposição for de iniciativa de **mais de um Vereador**, será **considerado autor**, para fins de processo legislativo e âmbito interno, o **primeiro signatário**. (Grifos nossos)*

Desta forma, o primeiro signatário é o Vereador Professor Diego, não havendo impedimento para o Vereador Silas Professor ser o Relator da matéria.

A respectiva Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 33/2019 visa dar nova redação ao artigo 9º para que a Lei entre em vigor em 1º de março de 2020.

No que tange à Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 33/2019, objeto deste Parecer, conforme determina a Presidente desta Comissão no despacho de fls. 44, caso o Projeto venha a ser aprovado, os efeitos da Lei vigorará em 1º de março de 2020, por motivo de economia de despesa, conforme justificativa abaixo:

*A presente emenda, com a finalidade de economia de despesa, visa prorrogar os efeitos desta Lei para 1º de março de 2020.  
Pelo motivo exposto, espera-se contar com o apoio dos Nobres Edis desta Casa de Leis para aprovação da presente propositura.*

Da Cláusula de Vigência:

A Lei Complementar n.º 45, de 30 de junho de 2003 determina o seguinte:

*Art. 8º O início da vigência da lei será indicado de forma expressa, garantindo-se, quando se fizer necessário, prazo razoável para que dela se tenha especialmente amplo conhecimento, reservando-se a cláusula “esta lei entra em vigor na data de sua publicação” para as leis reputadas como de pequena repercussão. (Nova Redação dada pela Lei Complementar n.º 52, de 26 de abril de 2005)*

*§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.*

*§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula “esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação”. (Nova Redação dada pela Lei Complementar n.º 52, de 26 de abril de 2005) (Grifos nossos)*

A Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, determina o seguinte:

***Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.***

*§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral. (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)*

*§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula ‘esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial’ (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001) (Grifos nossos)*

Embora estas leis determinem dias para a entrada em vigor, a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, constou em sua cláusula de vigência a seguinte determinação:

*Art. 2.044. Este Código entrará em vigor 1 (um) ano após a sua publicação.*

Segundo o Manual para a Elaboração de Atos Normativos da ANP, no site [http://www.anp.gov.br/images/Acesso\\_Informacao/qualidade-regulatoria/manual-atos-normativos.pdf](http://www.anp.gov.br/images/Acesso_Informacao/qualidade-regulatoria/manual-atos-normativos.pdf), em 14 de maio de 2019, a “vigência é a possibilidade, em tese, de uma norma produzir efeitos ou o período de tempo no qual a conduta prescrita na norma é exigível. Uma norma vige até que outra a revogue ou até que expire o prazo nela previsto. A cláusula de vigência indica a data na qual a norma começa a vigorar. É disposta em artigo exclusivo, que será o último do texto normativo. Vacância da lei ou *vacatio legis* é o lapso de tempo entre a publicação da norma, quando ela se torna válida, e o início da produção de seus efeitos, quando ela se torna vigente. Em outras palavras, *vacatio legis* é a postergação da produção de efeitos de uma norma. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – estabelece que, salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. Contudo, é recomendável que o ato normativo indique, de forma expressa, a sua vigência, de modo a contemplar prazo razoável para

*que dela se tenha amplo conhecimento. A vigência imediata, por meio da cláusula “entra em vigor na data de sua publicação”, deve ser utilizada apenas nos atos normativos de menor repercussão”.*

Neste sentido, o Decreto n.º 9.191, de 1º de novembro de 2017, que “estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado” diz o seguinte:

*Art. 19. O texto da proposta indicará, de forma expressa, a vigência do ato normativo.*

*Art. 20. A **vacatio legis** ou a postergação da produção de efeitos será prevista nos atos normativos:*

*I - de maior repercussão;*

*II - que demandem tempo para esclarecimentos ou exijam medidas de adaptação pela população;*

*III - que exijam medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado; ou*

*IV - em que não convenha a produção de efeitos antes da edição de ato normativo inferior ainda não publicado.*

*Art. 21. Na hipótese de **vacatio legis**, a cláusula de vigência terá a seguinte redação:*

*I - “Esta Lei entra em vigor [número cardinal por extenso] dias após a data de sua publicação”;*

*II - “Esta Lei entra em vigor no [número ordinal por extenso] dia do [número ordinal por extenso] mês após a data de sua publicação”;* ou

***III - “Este Decreto entra em vigor em [data por extenso]”.***

*§ 1º Para estabelecer a **vacatio legis**, serão considerados:*

*I - o prazo necessário para amplo conhecimento pelos destinatários;*

*II - o tempo necessário à adaptação da administração pública e dos particulares aos novos procedimentos, regras e exigências; e*

***III - o período do mês, do ano ou da semana mais adequado para a adaptação às novas regras.***

*§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, o primeiro dia do mês será utilizado, preferencialmente, como data de entrada em vigor de atos normativos.*

*§ 3º Para a data de entrada em vigor de atos normativos que tratem de organização administrativa, serão priorizados os dias úteis. (Grifos nossos)*

Há julgado do Superior Tribunal de Justiça – STJ – sobre a vigência de lei, no trecho que diz respeito ao assunto em questão:

*PROCESSO LEGISLATIVO. (...) VIGÊNCIA (...) PRAZO. CONTAGEM. (...) 2. A fixação do início da vigência de uma lei deve ser buscada primeiramente nela própria, quando prevista em disposição especial, podendo estabelecer que entra em*

*vigor na data de sua publicação ou após um prazo de vacância. Somente em caso de omissão do legislador é que se aplica o art. 1º, caput, da LICC (...) <sup>[107]</sup>. (STJ – RESP:1038032RJ 2008/0052350-7, Relator: Ministra NANCYANDRIGHI, data do julgamento: 19/10/2010, Terceira Turma, data de publicação: DJe 24/11/2010) (Grifos nossos)*

Assim, conforme a LC n.º 45/2003, a LC n.º 95/1998 e o STJ, o início da vigência da lei deve ser expressa na própria lei, podendo ser após um prazo de vacância. O Decreto n.º 9.191/2017, artigo 21, inciso III, menciona a forma de escrita de vigência de lei, como determina a Emenda n.º 1, bem como o Decreto informa que seja, de preferência, o dia 1º do mês e que a data da vacância seja a data mais adequada para a adaptação às novas regras. Desta forma, a Emenda n.º 1 atende aos requisitos supracitados.

Diante disso, salvo melhor juízo, é o presente Parecer, não vinculante, para opinar de forma favorável para que os efeitos da Lei entrem em vigor em 1º de março de 2020.

### **3. Conclusão:**

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade da Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 33/2019.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 15 de maio de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR SILAS PROFESSOR

Relator Designado